EMBAIXADA DO BRASIL EM WASHINGTON

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR NESTOR JOSÉ FORSTER JUNIOR, ENCARREGADO DE NEGÓCIOS, A.I.

I. PALAVRAS INTRODUTÓRIAS DO EMBAIXADOR SERGIO AMARAL

ABRE ASPAS

1. O convite do presidente Michel Temer para assumir a embaixada do Brasil em Washington veio acompanhado de duas instruções: a) aumentar a presença do Brasil nos Estados Unidos, particularmente em Washington, reconhecido centro de formação de opinião, e b) aprofundar o relacionamento bilateral.

2. Ao chegar a Washington, em setembro de 2016 foi organizado um amplo programa de informação para mostrar o Brasil e promover uma discussão embasada sobre o momento por que passava o País, em particular a crise econômica e o processo de impeachment. Foi desenvolvida intensa atividade de divulgação do Brasil junto à mídia, mediante entrevistas à imprensa escrita e na televisão. Participei de inúmeros seminários e apresentações sobre o Brasil nos mais prestigiosos meios acadêmicos e "think tanks" de Washington e alguns outros estados norte-americanos. Tudo isto, sem falar na renovação da mídia social da embaixada, que alcançou penetração muito maior junto ao público norte-americano. Além disso, foi criado setor exclusivamente dedicado às relações com o Congresso. Foram realizadas dezenas de visitas a deputados e senadores de ambos os partidos. Os resultados desta campanha foram expressivos e se traduziram no fortalecimento da Frente Parlamentar do Brasil no Capitólio ("Brazil Caucus"), na realização de encontros com parlamentares brasileiros e em apresentações e seminários sobre o Brasil no próprio Congresso norte-americano.

3. Com vistas a dar mais foco para o intercâmbio bilateral, a embaixada preparou e sugeriu ao Departamento de Estado uma lista de 10 projetos prioritários, que deveriam ser objeto de avaliação periódica e buscar resultados concretos. O lado norte-americano aceitou a proposta e a chamada lista dos 10 Pontos passou a servir de referência para a cooperação bilateral. Muitos destes projetos foram concluídos e alcançaram resultados relevantes, como se verá adiante. Outros ainda se encontram em andamento.

4. A atuação da embaixada inclui, ainda, uma longa relação de temas e negociações econômicas e políticas. Em todas as áreas de atuação, foi feito esforço para ampliação da interlocução direta com o governo norte-americano, com o Congresso, e com outras embaixadas estrangeiras em Washington, buscando assim privilegiar as fontes primárias de informação em complemento às notícias veiculadas pela mídia. Toda a equipe da embaixada passou a adotar uma postura mais ativa com o objetivo de aumentar a participação dos diplomatas no próprio processo negociador ou em iniciativas novas, sempre em sintonia com os setores relevantes da Secretaria de Estado ou com os ministérios competentes. É o caso do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas para lançamentos a partir do Centro Espacial de Alcântara, da retomada do CEO Fórum, do apoio dado à Petrobras em suas negociações com o Departamento de Justiça, da resolução de contenciosos comerciais, da mobilização da diáspora brasileira nos setores de ciência e tecnologia, entre vários outros.

5. Quero por fim agradecer, de modo sincero, a meus colegas na embaixada, que foram parceiros valiosos neste empreendimento comum.

FECHA ASPAS

II. AUMENTAR A PRESENÇA DO BRASIL NOS EUA

II.1. Ampliação do relacionamento com mídia escrita e televisão

6. Houve esforço de expandir a rede de relações da embaixada com jornalistas, editores e articulistas da imprensa norte-americana, por meio de entrevistas a veículos influentes como Fox News, Wall Street Journal, Financial Times, Washington Post, New York Times, Bloomberg e National Public Radio (NPR), entre diversos outros, bem como de frequentes encontros e entrevistas a correspondentes brasileiros sediados nesta capital. Por ocasião de eventos culturais promovidos pela embaixada, ampliou-se também a divulgação do Brasil nos veículos locais.

7. Tem sido adotada política de engajamento com a imprensa para transmitir ao público norte-americano as posições do governo brasileiro, bem como para corrigir distorções factuais eventualmente noticiadas.

8. Foi ampliado o alcance dos canais de divulgação da embaixada nas mídias sociais, com expressivo crescimento de público nos perfis digitais da embaixada: aumento de mais de 200% no número de seguidores no Twitter, de mais de 500% no

número de seguidores no Instagram, e de mais de 200% no número de assinantes da "newsletter" digital da embaixada.

II.2. Palestras em Washington e outras cidades norte-americanas

9. Com vistas a ampliar o interesse sobre o Brasil na agenda de debates públicos nos EUA nos meios político, empresarial, acadêmico e jornalístico, foram realizadas pela chefia do Posto apresentações e palestras no Washington Post, em reuniões da Frente Parlamentar do Brasil no Capitólio ("Brazil Caucus"), no Aspen Security Forum, na Milken Institute Global Conference, e em inúmeros outros institutos de pesquisas e universidades norte-americanas. Foram realizadas também apresentações sobre o Brasil em viagens a Nova York, Flórida, Califórnia, Massachusetts, Maryland e Virgínia Ocidental.

II.3. Estreitamento da cooperação com "think tanks"

10. Foi ampliada substancialmente a presença do Brasil nos "think tanks" sediados em Washington. Destaque-se o estreitamento da cooperação com o Brazil Institute do Wilson Center, a Brookings Institution, o Peterson Institute for International Economics, o Council on Foreign Relations, o Council of the Americas, o Inter-American Dialogue, a Heritage Foundation, o Atlantic Council e o Center for Strategic and International Studies (CSIS). Com os dois últimos, foram elaborados, por iniciativa da embaixada, projetos específicos sobre temas de interesse para o Brasil.

11. Nos últimos meses, com o aumento de questionamentos acerca da situação ambiental na Amazônia, foram enviadas cartas a alguns dos principais "think tanks" dos EUA, descrevendo as iniciativas do governo brasileiro para lidar com a situação, bem como apresentando informações acuradas sobre o problema e sua evolução.

II.4. Substancial aumento das relações com o Congresso

12. A reestruturação do setor de Congresso permitiu à embaixada ampliar sua atuação junto ao Legislativo norte-americano e possibilitou intervenção imediata em temas de interesse para o Brasil, como a exclusão do país da lista de sobretaxas sobre o aço, a retomada das exportações brasileiras de carne na esteira da "Operação Carne Fraca", o apoio de parlamentares à acessão do país à OCDE e a divulgação de informações sobre o combate às queimadas sazonais na Amazônia. A recente ampliação da Frente Parlamentar do Brasil no Capitólio ("Brazil Caucus"), que hoje reúne mais de 30

parlamentares norte-americanos, tem sido instrumental para a defesa de interesses brasileiros em questões de comércio internacional e no adensamento da relação bilateral.

13. Por iniciativa da embaixada, realizaram-se eventos com a presença de parlamentares, assessores legislativos e executivos de empresas brasileiras e norte-americanas, entre os quais se destacam: "briefings" econômico-comerciais sobre o Brasil realizados no Capitólio; e, na embaixada, duas edições do evento "Brazil on the Hill". A embaixada atuou também na organização de encontros de lideranças dos três poderes brasileiros (nos níveis federal, estadual e municipal) com parlamentares norte-americanos relevantes para a expansão das relações bilaterais, bem como no apoio a delegações do Legislativo norte-americano ao Brasil.

II.5. Almoços de trabalho com formadores de opinião

14. Foram realizados também almoços de trabalho e visitas a "think tanks", universidades, meios de imprensa, pesquisadores, parlamentares e assessores do Congresso, entre os quais se destacam: Henry Kissinger; Alan Stoga (Kissinger Associates); Walter Russell Mead (Hudson Institute, Bard College, Wall Street Journal); Roger Cohen (New York Times); Adrienne Arsht (Atlantic Council, Adrienne Arsht Center Foundation); e os presidentes/CEOs do CSIS, Council of the Americas, Wilson Center, Smithsonian Institution e National Geographic Society, entre diversos outros.

III. DIVULGAÇÃO ECONÔMICA

15. A embaixada buscou divulgar as reformas econômicas em curso no país, além de promover o comércio com os EUA e investimentos no Brasil mediante abordagem em várias frentes. Foram produzidos documentos informativos, tais como o "Brazilian Economy Towards Sustainable Growth", o "Challenges and Opportunities Facing Brazilian Exports to the US" e o "Guia como Exportar para os EUA", entre outros. Além disso, entre 2016 e 2018, diversos seminários em parcerias com a Apex, BID e com a Câmara de Comércio dos EUA ("US Chamber of Commerce") promoveram as oportunidades de investimentos em infraestrutura no Brasil.

III.1. Relações empresariais

16. Os esforços de interlocução com o setor privado refletiram-se na intensificação dos contatos com as câmaras de comércio dos dois países. Destaca-se a relação construída com a Câmara de Comércio dos EUA, com a qual a embaixada organizou encontros de alto

nível, inclusive, em 2019, a parte empresarial da agenda do senhor presidente da República em Washington. Esta interlocução fluida viabilizou o engajamento da Câmara em diferentes temas de interesse do Brasil, como a acessão do país à OCDE, as tarifas norte-americanas sobre o aço e a assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST).

III.2. Divulgação de informações e atendimento ao setor privado

17. Ampliou-se, também, a quantidade das informações e a agilidade do atendimento direto ao setor privado. Nos últimos três anos, o setor de promoção comercial e investimentos: atendeu a 870 consultas empresariais; participou de mais de 450 reuniões com empresários brasileiros ou norte-americanos; organizou ou co-organizou 33 missões do setor privado, 24 missões presidenciais, vice-presidenciais ou ministeriais, mais de 40 seminários, feiras e rodadas de negócios; e colaborou com a APEX-Brasil em iniciativas para 20 segmentos do mercado norte-americano e na elaboração de estudos setoriais.

III.3. Comércio e investimentos

18. Em 2018, o comércio bilateral de bens totalizou US\$ 57,6 bilhões, um crescimento de quase 23% nos últimos três anos. As exportações brasileiras somaram US\$ 28,7 bilhões, com alta de 24% nos últimos três anos; as norte-americanas, US\$ 28,9 bilhões (alta de 21%).

19. Já em investimentos, o EUA é o país com o maior estoque no Brasil: US\$ 68 bilhões. Filiais de empresas norte-americanas no Brasil empregam diretamente quase 700 mil pessoas e são responsáveis por quase US\$ 9 bilhões em exportações. O estoque de investimentos brasileiros nos EUA é de US\$ 43 bilhões (crescimento de 350% nos últimos 10 anos). Estima-se que os investimentos brasileiros empreguem 100 mil pessoas nos EUA.

IV. INTENSIFICAÇÃO DA COOPERAÇÃO BILATERAL

IV.1. Agenda dos 10 pontos

20. A chamada Agenda dos 10 Pontos buscou concentrar o foco dos dois governos na identificação e promoção de projetos passíveis de implementação em prazo curto. Permitiu acompanhar os avanços na cooperação bilateral, além de servir de referência para uma avaliação periódica e conjunta dos temas prioritários de modo a superar eventuais dificuldades.

21. Os temas prioritários que constaram da "Agenda dos 10 pontos" foram:

1 - Facilitação de Comércio e Convergência Regulatória

22. Proposta brasileira de Acordo de Reconhecimento Mútuo entre os programas de Operador Econômico Autorizado, entre a Receita Federal e autoridade alfandegária norte-americana (Customs and Border Protection - CBP), foi acolhida pelo CBP e o projeto entre as aduanas dos dois países encontra-se em fase de visitas técnicas. O lado brasileiro já concluiu suas visitas e espera-se missão dos EUA ao Brasil possivelmente ainda em 2019. A iniciativa visa promover a harmonização de trâmites aduaneiros e redução de custos.

2 - Investimentos

23. A embaixada trabalhou em favor da reativação do CEO Fórum, principal mecanismo de articulação da cúpula empresarial entre os dois países. A 10ª reunião do mecanismo ocorrerá em 25 de novembro de 2019, em Washington, com nova composição empresarial. Ainda na área de investimentos, foi reiterado a diversas autoridades dos EUA o interesse do Brasil em negociar acordo com os EUA, que pode se beneficiar da maior convergência entre os dois países no que tange a mecanismos de solução de controvérsias com cláusula investidor-Estado.

3 - Aviação

24. Quanto à cooperação no setor de aviação, destaca-se a entrada em vigor, em maio de 2018, do Acordo de Céus Abertos, que retira o limite de frequência de voos entre os dois países e possibilita um maior fluxo turístico, além de abrir novas possibilidades de negócios e parcerias entre as companhias aéreas do Brasil e dos EUA.

4 - Espaço - Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST)

25. Foram retomadas as negociações com o lado norte-americano do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), interrompidas em 2001, de modo a permitir a utilização comercial do Centro Espacial de Alcântara para lançamentos que envolvam o uso de tecnologia dos EUA. As negociações, conduzidas pela embaixada, tiveram como objetivo sanar as restrições apresentadas por parlamentares brasileiros em relação ao texto anterior do AST, retirado do Congresso Nacional em 2016. O novo AST foi concluído em dezembro de 2018 e assinado

em 18/03/2019, em Washington, na presença do presidente da República, Jair Bolsonaro, e foi um dos principais resultados da visita presidencial aos EUA.

26. O novo AST atende em boa medida às principais preocupações do lado brasileiro, com destaque para os seguintes pontos: a) reconhecimento expresso da possibilidade de uso dos recursos provenientes da exploração comercial do Centro Espacial de Alcântara no programa espacial brasileiro, exceto no que diz respeito ao veículo lançador; b) inspeção, por autoridades aduaneiras do Brasil, de contêineres norte-americanos que ingressem em território brasileiro ao abrigo do acordo; c) previsão de consultas sobre a designação de terceiros países ligados ao terrorismo internacional; d) fim das áreas segregadas; e) reconhecimento explícito de que as áreas restritas se encontram dentro da jurisdição territorial do Brasil; f) garantia do acesso brasileiro às áreas restritas em casos de emergência; g) previsão de consultas para designação das pessoas autorizadas a acessar as áreas restritas; h) compromisso norte-americano de informar sobre a presença de materiais radioativos ou nocivos ao meio ambiente ou à saúde humana nos veículos de lançamento, espaçonaves e equipamentos relacionados; i) fornecimento, pelos EUA, dos parâmetros básicos da órbita e funções gerais dos satélites lançados; e j) flexibilização dos prazos para a restituição dos destroços em caso de falha de lançamento, com a possibilidade de ser conduzida investigação. O governo norte-americano reconheceu, formalmente, por meio de troca de cartas, o direito brasileiro ao desenvolvimento autônomo de seu programa espacial, inclusive seu veículo lançador. O acordo foi encaminhado ao Congresso Nacional e aprovado pelas duas casas legislativas, ora aguardando procedimentos finais para sua entrada em vigor.

27. É perceptível, desde a assinatura do AST, o expressivo interesse de empresas norte-americanas na exploração comercial do Centro Espacial de Alcântara. Com apoio da embaixada, missão empresarial norte-americana visitou Alcântara em novembro de 2019.

28. Ainda no que tange à cooperação espacial, entrou em vigor, em abril de 2018, às vésperas da visita do vice-presidente Mike Pence ao Brasil, o novo Acordo-Quadro sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, instrumento que permitirá novos projetos bilaterais com o Brasil, entre outros, em ciências espaciais, iniciativas comerciais e civis na área espacial e futuras missões espaciais tripuladas. Também merece destaque a celebração, em agosto de 2018, do Acordo de Consciência Situacional do Espaço, sobre intercâmbio de informações orbitais com vistas

a evitar colisões de objetos no espaço. Em outubro de 2019, delegação da Agência Espacial Brasileira (AEB), chefiada por seu presidente Carlos Moura, reuniu-se com o vice-administrador da NASA para examinar possibilidades de cooperação para desenvolvimento satelital, bem como eventual participação brasileira nos programas espaciais norte-americanos Artemis (nova missão tripulada à lua) e Gateway (plataforma orbital lunar).

5 - Infraestrutura e Energia

29. A embaixada contribuiu para identificar oportunidades geradas pela reformulação do marco regulatório do setor de exploração de petróleo no Brasil, além de convergências em energias renováveis. Brasil e EUA contam com grande potencial de cooperação, tanto como detentores das mais promissoras reservas de petróleo e gás descobertas nos últimos anos, quanto pelo grande crescimento do setor de energias renováveis.

30. As discussões entre os dois governos resultaram, durante a visita do presidente Bolsonaro, na criação do Fórum Brasil-EUA sobre Energia (USBEF), marco institucional flexível e de alto nível, capaz de congrega as pastas de energia, comércio, finanças, bem como agências reguladoras e o setor privado. A primeira reunião técnica preparatória do USBEF ocorreu no Rio de Janeiro, em maio último, quando se decidiu que suas prioridades iniciais seriam os setores de petróleo, gás e energia nuclear. Em outubro, a iniciativa foi apresentada ao setor privado, durante encontro em Washington. A expectativa é de que o lançamento oficial do USBEF ocorra proximamente.

31. Quanto à agenda de infraestrutura, e no âmbito do Memorando de Cooperação para o Desenvolvimento da Infraestrutura, de 2016, foram realizados eventos técnicos/regulatórios em aviação, transporte e energia. Também foi realizado seminário sobre financiamento a projetos de infraestrutura, com apoio do BID, em junho de 2017. Em maio de 2019, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, assinou com a Secretária de Transportes dos EUA memorando sobre o intercâmbio de informações científicas e técnicas para melhorar a eficiência logística e a governança, além de promover a desburocratização do setor. Em missão a Washington em setembro de 2019, a Secretária Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) manteve reuniões na Overseas Private Investment Corporation (OPIC) e no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

6 - Agricultura

32. Destacam-se os seguintes tópicos:

- Carne bovina fresca

33. Em outubro de 2016, Brasil e EUA chegaram a um acordo para abertura mútua do comércio de carne bovina "in natura". Em junho de 2017, na esteira da "Operação Carne Fraca", o acesso do produto brasileiro foi suspenso por restrições sanitárias. As discussões para a reabertura do mercado local para a carne brasileira enfrentaram a morosidade da burocracia do Departamento de Agricultura (USDA), mas foram retomadas por ocasião da visita do presidente Bolsonaro, em março último. Em julho de 2019, autoridades norte-americanas realizaram missão para avaliar o sistema brasileiro de inspeção. No final de outubro último, o USDA encaminhou o relatório preliminar dessa auditoria, indicando novas medidas corretivas necessárias para o fim da suspensão. As autoridades sanitárias americanas pretendem fazer outra auditoria no Brasil para verificar a adoção das medidas corretivas.

- Carne suína

34. Na visita presidencial, as duas partes também concordaram em aplicar critérios científicos para permitir a importação de carne de porco dos EUA. As autoridades sanitárias de ambos os países vêm discutindo o assunto.

- Outros temas agrícolas

35. Demandas brasileiras relativas a barreiras e restrições fitossanitárias para exportações de abacate, sementes de algodão e cítricos brasileiros continuam a ser alvo de gestões nos foros apropriados. As demandas dos EUA relativas a quota para trigo e etanol são tratadas em capítulo à parte.

7 - Saúde

36. A embaixada impulsionou a cooperação bilateral na área de saúde por meio da proposta de estabelecimento de um Diálogo Estratégico em Saúde, conforme discutida em reunião dos ministros da Saúde dos dois países em setembro de 2017. O lado norte-americano indicou que deseja identificar pautas concretas antes de comprometer-se com a criação do Diálogo, embora haja simpatia pela proposta. Poderiam ser exploradas alternativas concretas, com engajamento do setor privado. A visita do ministro da Saúde a Washington, em setembro de 2019, identificou as áreas em que se poderia avançar a cooperação entre os dois países: transferência de tecnologia, formação de pesquisadores brasileiros, possibilidades de cooperação e investimentos na produção de vacinas pelo Brasil, aprofundamento da relação

com "Centers for Disease Control" (CDC) e entre agências reguladoras dos dois países.

8 - Economia digital e manufatura avançada

37. Em 2018, logo após a publicação da "Estratégia Brasileira para a Transformação Digital", a embaixada, em parceria com o Departamento de Estado e o Departamento de Comércio dos EUA, promoveu o "workshop" Economia Digital e Manufatura Avançada Brasil-EUA. O evento contou com grande participação também do setor privado e identificou áreas para cooperação e investimentos, com destaque para infraestrutura digital, computação em nuvem, plataformas digitais, "data centers", internet das coisas e manufatura avançada.

9 - Defesa

38. A cooperação entre o Brasil e os EUA na área de defesa passa por período de claro revigoramento. Foram retomados os mecanismos de coordenação política e empresarial bilateral. Após intervalo de quatro anos, o Diálogo Político-Militar (POL-MIL) voltou a reunir-se em outubro de 2017 e novamente em outubro de 2019. O Diálogo da Indústria de Defesa (DID), por sua vez, manteve reuniões em setembro de 2016, outubro de 2017 e abril de 2019.

39. Fator fundamental para o aprofundamento das relações foram as frequentes visitas das mais altas autoridades brasileiras responsáveis pelos temas de defesa, que contribuíram para intensificar o clima de cooperação e confiança já tradicionalmente existente entre as Forças Armadas dos dois países. Nesse contexto, destacam-se as visitas aos EUA do presidente da República, de ministros da Defesa, dos comandantes das três Forças Armadas, do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, entre outros. Do lado norte-americano, visitaram o Brasil o vice-presidente Mike Pence, o secretário de Defesa, o chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, comandantes das Forças Armadas e o comandante do Comando Sul dos EUA, entre outros.

40. Símbolo do novo patamar do relacionamento bilateral, o presidente Trump designou, em julho de 2019, o Brasil como "Aliado Prioritário Extra-OTAN". Essa decisão, que havia sido anunciada no contexto da visita do presidente Jair Bolsonaro aos Estados Unidos, em março de 2019, deverá impulsionar a cooperação no setor de defesa, com potencial positivo, em especial, nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, treinamento e acesso a equipamentos. O lado norte-americano expressou interesse também em apoiar

formas de promover uma maior aproximação do Brasil com a OTAN.

10 - Segurança

41. A relação Brasil-EUA em matéria de segurança tem evoluído de forma positiva e deverá trazer efeitos benéficos para fortalecer a capacidade nacional de responder aos desafios da segurança pública no Brasil. Fortalecida no contexto da realização dos megaeventos esportivos no Brasil, a cooperação foi beneficiada pela negociação de entendimentos entre as agências competentes para incrementar o intercâmbio de informações. Além disso, foi negociada a presença acrescida de agentes brasileiros em centros norte-americanos de inteligência voltados para assuntos de interesse comum, como crime organizado e rastreamento de passageiros e cargas. A criação do Foro Permanente de Segurança (FPS), em maio de 2018, tem permitido aos dois governos imprimir visão de conjunto e coordenar a cooperação nesse campo, por meio de grupos de trabalho focados no combate ao tráfico de drogas e de armas, delitos cibernéticos, lavagem de dinheiro e combate à corrupção, crimes financeiros e terrorismo. A primeira reunião plenária do Foro teve lugar em Washington, em outubro de 2019.

IV.2. Início do processo de acesso à OCDE

42. Desde que o governo brasileiro formalizou, em 2017, pedido para iniciar o processo de acesso à OCDE como membro pleno, a embaixada atuou para obter apoio do governo norte-americano ao pleito. Os EUA - mais por objeção à ampliação do escopo da OCDE propriamente dita do que por restrições específicas ao Brasil - revelaram-se o principal obstáculo para a formação de consenso na Organização sobre o início das negociações para a acesso.

43. Diante da reticência inicial, a embaixada realizou diversos contatos com representantes do Executivo (principalmente do Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos - USTR, do Departamento de Estado e do Departamento de Transporte) e do Legislativo, além de engajar o meio empresarial norte-americano. Gestões junto à Câmara de Comércio dos EUA, aos co-presidentes da Frente Parlamentar do Brasil no Capitólio ("Brazil Caucus") e outros congressistas resultaram em mensagens oficiais ao Executivo norte-americano, ressaltando as credenciais do Brasil, bem como os benefícios que a acesso traria em termos de disciplina macroeconômica, adoção de boas práticas e oportunidades para investimentos estrangeiros no

país, inclusive norte-americanos. O tema teve evolução positiva com a visita do presidente Bolsonaro aos EUA, ocasião em que o presidente Trump declarou apoio ao pleito brasileiro. O apoio norte-americano foi formalizado em 23 de maio, durante reunião ministerial da OCDE. Em agosto de 2019, foram realizadas gestões conjuntas com a embaixada da Argentina, junto ao governo norte-americano, para a definição de cronograma de acessões à OCDE. Ainda não se obteve consenso dentro da organização sobre a definição de datas para o início dos processos de acessão pendentes, que também incluem Peru, Bulgária, Croácia e Romênia. O presidente Trump reiterou publicamente o apoio ao Brasil em 10 de outubro último.

IV.3. Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)

44. Buscou-se aproximação com a diáspora brasileira de ciência, tecnologia e inovação nos EUA, que inclui cientistas e profissionais que atuam nas principais universidades e instituições públicas e empresas de tecnologia norte-americanas, bem como empresários inovadores ("start-ups") e financistas ("venture capital" e "angel investors"). A experiência adquirida por estes atores nos EUA tem muito a contribuir para a atração de tecnologias e investimentos em inovação no Brasil, bem como para a formulação de políticas públicas em ciência e tecnologia. O "projeto diáspora" criou base de dados inédita sobre membros e grupos conformadores da diáspora de CT&I nos EUA e viabilizou o encontro da Diáspora Brasileira de CT&I, patrocinado pela embaixada em 2018, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Foi entregue prêmio, criado pela embaixada, de reconhecimento a profissionais e acadêmicos brasileiros que atuam em instituições e empresas norte americanas. A base de dados da diáspora vem sendo constantemente atualizada e já resultou na publicação do livreto "Redes da Diáspora Brasileira em Ciência, Tecnologia e Inovação nos Estados Unidos", com informações sobre as principais redes de cientistas e empreendedores brasileiros nos EUA. Está em andamento acordo com a Unicamp (patrocínio da FAPESP) para estudo pormenorizado sobre o impacto das atividades da diáspora no ecossistema de inovação brasileiro. O III Encontro da Diáspora ocorrerá em 6 de dezembro de 2019 e deverá contar com a participação de cientistas, empreendedores e autoridades brasileiras do setor.

45. Ainda no que tange à cooperação na área de tecnologia de inovação, em 2017, foi organizada missão da FIESP, do MDIC e do IPEA ao Vale do Silício. As reuniões com líderes empresariais norte-americanos e com membros da diáspora brasileira permitiram identificar potenciais projetos de

promoção tecnológica de ponta com empresas dos EUA e projetos de inovação científica para aplicação nas escolas do SESI-SP e do SENAI-SP. A 5ª Comissão Mista Brasil-EUA de Cooperação em Ciência e Tecnologia deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2020, em Brasília.

46. As áreas de segurança cibernética, inteligência artificial e espaço foram identificadas como prioritárias e serão objeto de projetos específicos. A Smithsonian Institution apresentou, em outubro de 2019, proposta de acordo que deverá incluir a cessão de conteúdo acadêmico para uso das escolas públicas brasileiras, no âmbito do Programa Ciência nas Escolas. Brasil e EUA firmaram acordo de lançamento e uso conjunto de satélite científico pela AEB e pela NASA, e acordo de cooperação em segurança de voos espaciais e serviços sobre consciência situacional espacial.

IV.4. Diálogo de parceria estratégica

47. A reunião inaugural do Diálogo de Parceria Estratégica Brasil-Estados Unidos foi realizada em Washington, em 13 de setembro de 2019. Resultado da reunião entre os presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump, o novo mecanismo será presidido pelos chanceleres dos dois países e terá reuniões anuais. Servirá para o intercâmbio de opiniões e a coordenação sobre temas regionais e globais, o acompanhamento dos projetos prioritários para ambos os países e o seguimento de visitas presidenciais. Além de avaliar o estágio de implementação das iniciativas em curso, o Diálogo poderá identificar novas oportunidades de cooperação, garantindo impulso político e visão estratégica ao conjunto da relação bilateral. O Diálogo está estruturado em torno de três pilares: i) apoio à governança democrática, ii) promoção da prosperidade econômica e iii) fortalecimento da cooperação em segurança e defesa.

V. POLÍTICA INTERNA E ELEIÇÕES

V.1. Contexto político interno

48. Eleito em novembro de 2016, o presidente Donald Trump tem estilo próprio de governar, com forte apelo midiático e comunicação direta com sua base de apoio. Durante os primeiros quase três anos de mandato, a aprovação do presidente esteve entre 37% e 45%, de acordo com média ponderada calculada pelo site FiveThirtyEight. Nos últimos seis meses, tem-se mantido em torno de 42%.

49. A estabilidade desse índice explica-se pelo bom desempenho da economia americana, pela polarização política e, principalmente, pela elevada aprovação do presidente entre eleitores republicanos (89%, Gallup), os quais consideram seu principal atributo "cumprir o que prometeu". Essa aprovação recorde garante a Trump o respaldo de seus correligionários e o habilita a atualizar a agenda do partido Republicano em temas como comércio e imigração. A solidez do apoio de sua base ficou demonstrada ao longo das investigações sobre alegações de conluio, não comprovadas, entre a campanha de Trump e a Rússia durante as eleições de 2016.

50. Nos primeiros dois anos de mandato, o controle republicano do Congresso permitiu a Trump implementar promessas de campanha, a exemplo da nomeação de juízes conservadores para a Suprema Corte e tribunais superiores, a aprovação de ampla reforma tributária e a revisão de aspectos importantes do "Obamacare". A oposição democrata, minoritária em ambas as Casas legislativas, detinha reduzida capacidade de influenciar a agenda e de infligir danos políticos ao presidente.

51. Nas eleições legislativas de meio de mandato, realizadas em novembro de 2018, o partido Republicano ampliou sua maioria no Senado (53-47), mas o partido Democrata retomou o controle da Câmara de Representantes (235-197), fato que alterou a dinâmica entre os poderes Legislativo e Executivo.

52. As campanhas eleitorais já estão em curso para as próximas eleições gerais, que ocorrerão em 3 de novembro de 2020. Enquanto o presidente Donald Trump conta com o apoio do partido Republicano à sua reeleição, do lado democrata 18 pré-candidatos disputam a nomeação nas primárias do partido. Por ora, os líderes das intenções de voto do eleitorado democrata são o ex-vice-presidente Joe Biden (26%), Elizabeth Warren (20,8%) e Bernie Sanders (17,8%), os quais personificam, as alas "centrista" (Biden) e "progressista" (Warren e Sanders) do partido. Em 2020, estarão em jogo, ainda, a totalidade dos assentos da Câmara de Representantes (435) e pouco mais de um terço do Senado (35 de um total de 100).

53. Foi aberto pela Câmara dos Deputados, em setembro de 2019, processo informal de "impeachment" contra o presidente, em decorrência de alegações de informante sobre a retenção de auxílio militar à Ucrânia por Trump, em troca de vantagens políticas pessoais. A iniciativa acirrou a polarização político-partidária e aprofundou o confronto entre Executivo e Congresso. Após votação pelo plenário da

Casa, em linhas partidárias, o processo ingressou em fase pública. Ainda que o "impeachment" venha a ser aprovado na Câmara (é necessária maioria simples), a possibilidade de remoção do presidente é considerada remota, em virtude do controle republicano do Senado (são necessários os votos de dois-terços dos senadores). Contudo, os efeitos do processo sobre as eleições presidenciais do próximo ano são, a esta altura, difíceis de mensurar.

VI. A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

VI.1. A política externa do governo Trump

54. Os últimos anos coincidiram com período de grandes mudanças nas relações internacionais, em boa parte provocadas pela nova orientação de política externa do governo Trump, marcada pela afirmação de um ideal nacionalista ("America First"), e da supremacia norte-americana ("Make America Great Again"). Esta concepção leva ao questionamento da ordem internacional, ao revisionismo das regras multilaterais e à defesa intransigente do que se identificam como interesses dos EUA. A atual visão de mundo dos EUA prioriza a "competição entre potências", mais do que a luta contra o terrorismo, como sublinhado pela nova Estratégia Nacional de Defesa. A China é o alvo principal, mas não único, pois inclui também a Rússia, assim como a preocupação com a presença crescente de ambos na América Latina.

55. A ênfase no tratamento bilateral da agenda internacional, em detrimento de arranjos multilaterais, é traço da política externa do governo Trump. Verifica-se abordagem mais transacional com parceiros tradicionais (UE, Canadá), na busca de concessões e vantagens. O governo Trump tem recorrido com frequência a ações unilaterais, como o uso crescente de sanções (reimposição de sanções secundárias contra o Irã, sanções à Venezuela) e medidas de defesa comercial (sobretaxas sobre aço e alumínio, contra México, Canadá, Europa e inclusive o Brasil, por motivos de "segurança nacional").

56. O governo Trump tem sido crítico das principais organizações internacionais (ONU, OMC), que julga já não estarem cumprindo os objetivos para os quais foram concebidas. Tem-se mostrado disposto, também, a revisar e/ou abandonar acordos multilaterais e regionais, como a Parceria Transpacífica (TPP), o NAFTA, o Acordo de Paris e o Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA) sobre o Irã. Tem buscado, ainda, o reequilíbrio de responsabilidades e custos com aliados (Coreia do Sul, OTAN) e, mais recentemente, o redimensionamento de sua presença militar externa, como na Síria e no Afeganistão.

57. A diplomacia de Trump tem confrontado também outros Estados que, embora não constituam uma ameaça estratégica global, representam uma ameaça aos interesses norte-americanos em regiões de crise, como Irã e Coreia do Norte. Na América Latina, destaca-se a chamada "troica da tirania", integrada por Cuba, Nicarágua e Venezuela.

58. Os EUA têm dado atenção crescente ao hemisfério no período recente, em boa parte devido a instabilidades em países da região, com destaque para o agravamento da crise da imigração na fronteira com o México, o impasse na Venezuela e a crise política na Bolívia.

VI.1.1. Venezuela

59. O apoio à restauração da democracia na Venezuela é uma das prioridades da política externa norte-americana, que reconhece Juan Guaidó como o presidente legítimo do país. Apesar de manter o discurso de que "todas as opções estão sobre a mesa", autoridades norte-americanas sublinham sua preferência por um desenlace pacífico para a crise venezuelana. Com esse objetivo, os EUA têm lançado mão de medidas de pressão política, diplomática e econômica, cujo exemplo mais visível são as progressivas sanções que têm asfixiado financeiramente o regime de Nicolás Maduro. Esses mecanismos de pressão unilateral são combinados com uma estratégia de concertação regional (por meio da atuação na Organização dos Estados Americanos ou no apoio ao Grupo de Lima) e internacional (em especial no engajamento de parceiros europeus). Nesse contexto, autoridades norte-americanas têm demonstrado a expectativa de ações mais assertivas por parte dos países do Grupo de Lima, a exemplo da aplicação de sanções unilaterais e/ou de restrições à entrada de membros associados ao regime de Maduro. A invocação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) constitui fato político de grande relevância, ao reconhecer a ameaça para a região representada pela crise venezuelana. Autoridades norte-americanas constantemente ressaltam a importância do Brasil para a resolução da crise na Venezuela.

VI.1.2. Cuba

60. O governo norte-americano tem cumprido a promessa de reverter a política de aproximação com Cuba, encetada no período Obama. Dezenas de entidades cubanas, a maioria ligadas às forças de segurança, estão sob sanções norte-americanas. As sanções também proíbem transações comerciais e financeiras com Cuba, inclusive por meio de intermediários em terceiros países. Remessas monetárias para Cuba tiveram seus limites reduzidos e os EUA restringiram a possibilidade de viagens à ilha. Os EUA anunciaram, em abril de 2019, a

entrada em vigor do Título III da Lei Helms-Burton, de 1996, que permite a nacionais norte-americanos processar, nas cortes federais dos EUA, empresas estrangeiras que se beneficiem de propriedade confiscada durante a Revolução Cubana. Junto com o Brasil e outros países da região, os EUA têm condenado o protagonismo de Cuba no prolongamento da crise venezuelana.

VI.1.3. China

61. A relação entre os EUA e a China tem-se caracterizado, cada vez mais, pela lógica da competição entre grandes potências. Washington tem conferido crescente atenção à necessidade de conter a ascensão chinesa, em especial no Indo-Pacífico, mas também em outras regiões, como a América Latina. O governo norte-americano busca preservar seu sistema de alianças (com destaque para Japão, Austrália e Coreia do Sul) e trazer para sua órbita de influência atores de peso, como a Índia e as nações do sudeste asiático. Especial atenção tem sido concedida pelos EUA a buscar contrarrestar a influência chinesa decorrente da "Iniciativa Cinturão e Rota" e a alertar parceiros em diversas regiões contra os riscos representados pela utilização de infraestrutura 5G chinesa. A onda de protestos em Hong Kong desponta como mais uma fonte de tensão entre Washington e Pequim.

VI.1.4. Coreia do Norte

62. O primeiro ano do governo Trump foi marcado pelo acirramento das tensões entre os EUA e a Coreia do Norte. No início de 2018, em movimento inesperado, Trump aceitou o convite de Kim Jong Un e tornou-se o primeiro presidente dos EUA a reunir-se com um líder norte-coreano (Singapura, junho/2018). Atualmente, as negociações bilaterais atravessam momento de incerteza. Apesar da retomada de testes missilísticos norte-coreanos, o governo norte-americano tem manifestado abertura ao diálogo, mas reitera a necessidade de manter as sanções até que a Coreia do Norte alcance a desnuclearização total.

VI.1.5. Oriente Médio

63. A estratégia do governo Trump para o Oriente Médio gira em torno de dois objetivos interconectados, os quais explicam as principais medidas da política externa norte-americana para a região: i) o fortalecimento de Israel, inclusive no contexto do processo de paz com os palestinos (transferência da embaixada para Jerusalém, fechamento do escritório de representação palestino em Washington, silêncio sobre a expansão de assentamentos na Cisjordânia, suspensão do financiamento de projetos

humanitários nos territórios ocupados e reconhecimento da soberania israelense sobre o Golã); e ii) a contenção do Irã, visto tanto por Washington como por Tel Aviv como principal adversário na região (retirada norte-americana do acordo sobre o programa nuclear iraniano, reaplicação de sanções secundárias contra Teerã, fim das exceções para a compra de petróleo iraniano por parceiros selecionados, designação da Guarda Revolucionária iraniana como organização terrorista). O plano da Casa Branca para a paz no Oriente Médio, cuja divulgação integral vem sendo adiada, foca na segurança de Israel e em benefícios econômicos para o povo palestino. O governo Trump tem enfatizado a necessidade de reduzir o emprego de recursos militares em conflitos regionais, inclusive no Oriente Médio. Nesse contexto, inserem-se políticas dos EUA voltadas à redução da presença militar americana na Síria e no Afeganistão.

VI.1.6. Europa/OTAN

64. As relações dos EUA com seus aliados europeus encontram-se tensionadas. Entre os motivos, podem ser citados: i) ressentimento europeu com as críticas do presidente norte-americano à OTAN e com sua hesitação em adotar postura mais firme contra ações russas vistas como desestabilizadoras, sobretudo na Ucrânia; ii) críticas do presidente à União Europeia e postura de Trump favorável ao Brexit; iii) diferenças sobre a condução do dossiê iraniano e manutenção do acordo nuclear com o Irã pelos europeus; iv) impasse na área comercial; e v) reflexos da "competição entre grandes potências" entre EUA e China, como a contrariedade norte-americana com a perspectiva de entrada da Huawei no mercado europeu de 5G, a adesão da Itália à iniciativa "Cinturão e Rota" e a cooperação entre a China e grupo de países da Europa Central e Oriental (China-CEEC ou 16+1). Apesar do afastamento relativo entre os EUA e a Europa, persistem interesses compartilhados e razoável convergência de visões.

V.1.7. Rússia

65. A promessa de melhores relações com o governo russo, feita por Trump ainda durante a campanha eleitoral, foi gradualmente abandonada, inclusive por força da investigação sobre conluio não comprovado da campanha de Trump com Moscou e a interferência russa no processo eleitoral norte americano. O robusto pacote de sanções contra a Rússia aprovado pelo Congresso norte-americano e sancionado por Trump em agosto de 2017 marcou o início do endurecimento da política dos EUA para a Rússia. Alguns dos principais reflexos desse endurecimento foram: i) o reforço do apoio

financeiro e militar à proteção do flanco oriental da OTAN; ii) a aprovação do envio de armamentos para o governo da Ucrânia; iii) a denúncia do Acordo sobre Forças Nucleares Intermediárias (INF); iv) a aplicação de diversas novas sanções contra a Rússia, inclusive pelo alegado uso de armas químicas; e v) a ênfase renovada na necessidade de que a Europa diminua a dependência de seu mercado energético do fornecimento de gás e petróleo da Rússia.

V.1.8. África

66. O governo Trump lançou, em dezembro de 2018, nova estratégia para a África, fundamentada em três pilares: promoção do comércio e dos investimentos; segurança; e democracia. Embora tenha pontos de convergência com a política para o continente da administração anterior, a estratégia do governo Trump, ainda em fase de detalhamento, tem como pano de fundo a contenção da presença da China - considerada "competidor estratégico" - e, em menor grau, da Rússia. O êxito da política dos EUA para a África dependerá da possibilidade de alavancagem de recursos efetivos para o financiamento ao desenvolvimento.

V.1.9. Direitos humanos

67. Tendo presentes os valores compartilhados por Brasil e EUA em defesa da vida, da família e da liberdade religiosa, o diálogo bilateral em matéria de direitos humanos tem-se intensificado. O II Encontro Ministerial sobre Liberdade Religiosa, realizado em Washington entre os dias 16 e 18 de julho de 2019, reuniu representantes de governos, lideranças religiosas e sociedade civil de 106 países. O vice-presidente Mike Pence e o secretário de Estado Mike Pompeo anunciaram a criação da "Aliança Internacional pela Liberdade Religiosa". A convite dos EUA, o Brasil será um dos co-fundadores da iniciativa. A ministra Damares Alves destacou o valor central da liberdade religiosa tanto internamente como na atuação internacional do país. Anunciou a criação, em breve, do Comitê Nacional de Liberdade Religiosa e da Coordenação Nacional de Liberdade Religiosa. O Brasil foi convidado também a somar-se a iniciativas dos EUA com outros países, como o Grupo de Contato Internacional de Liberdade de Religião e Crença (ICG-ForB, na sigla em inglês), co-presidido por EUA e Canadá; e com a Hungria, na organização da II Conferência Anual sobre Políticas para a Família (Washington, 4/12). A embaixada tem participado das reuniões da Comissão de Direitos Inalienáveis do Departamento de Estado, criada para atualizar a reflexão sobre direitos humanos fundamentais.

V.2. Política de defesa e segurança nacional

68. Desde sua posse, o presidente Donald Trump procedeu à revisão dos principais documentos doutrinários da política de defesa dos EUA. As novas "Estratégia de Segurança Nacional" e "Estratégia de Defesa Nacional" apontam ser a "competição entre grandes potências" com a China e a Rússia o principal risco de longo prazo à segurança nacional. As outras ameaças são Coreia do Norte e Irã e "grupos de ameaça transnacional", conceito que engloba desde terrorismo até o crime organizado internacional.

69. A lógica de competição entre grandes potências e os cenários de conflito em larga escala têm-se refletido nas propostas orçamentárias para a defesa, com foco em aquisições e investimentos em áreas de alto conteúdo tecnológico, como a cibernética e a espacial. Nesse domínio, merece destaque o projeto de criação da "United States Space Force", que será a sexta força armada deste país e terá como objetivo garantir a supremacia militar dos EUA no espaço.

70. A par de investir e modernizar suas forças armadas, sob o lema "paz através da força", a atual doutrina estratégica dos EUA propugna a expansão e consolidação da sua rede de alianças internacionais. A esse respeito, as parcerias na área de defesa, a começar pela OTAN, são consideradas cruciais para enfrentar os desafios dos atuais teatros de operação na região do Indo-Pacífico, na Europa e no Oriente Médio.

71. São os seguintes os princípios que orientam a conformação dessa rede de alianças: (i) respeito mútuo e responsabilidades compartilhadas; (ii) expansão dos mecanismos de intercâmbio de informação e planejamento; e (iii) maior interoperabilidade, por meio da facilitação de exportações de bens e produtos militares que possam acelerar a modernização das capacidades de defesa dos parceiros.

72. Com relação à América Latina e Caribe, os EUA consideram serem os seguintes os seus principais desafios: crescente influência da Rússia e da China na região; redes criminosas - sobretudo nas áreas de tráfico de entorpecentes, armas e seres humanos - e terroristas; movimentos de migração em massa; governos que desrespeitam os ideais democráticos; e vulnerabilidades a desastres naturais e outras crises.

73. A presença de atores extrarregionais no hemisfério tem sido motivo de particular preocupação. Para o Pentágono, a atuação da Rússia, da China e do Irã tem agravado os desafios à segurança norte-americana representados pela Venezuela, pela Nicarágua e por Cuba. A principal estratégia para fazer frente a esses desafios e contrarrestar a penetração russa e chinesa na América Latina e no Caribe deve ser, na visão estratégica norte-americana, o fortalecimento das parcerias

com os países do continente, por meio da intensificação do intercâmbio nas áreas de educação, treinamento, exercícios conjuntos e venda de equipamentos.

74. Divulgada em fevereiro de 2018, a "Revisão da Postura Nuclear" do governo Trump foi também influenciada pela lógica de competição entre grandes potências. Ao contrário da versão anterior (2010), o documento fortalece o papel a ser desempenhado pelo arsenal nuclear na manutenção da segurança nacional, incentiva o desenvolvimento de novos tipos de armas nucleares (como as de menor poder destrutivo) e prevê novos cenários nos quais o governo norte-americano considera possível empregar tais armamentos.

75. O aumento da competição com potências nucleares também pode se verificar na agenda de controle de armas com a Rússia. O governo Trump acusou Moscou de desrespeitar o Acordo sobre Forças Nucleares Intermediárias (INF), razão pela qual denunciou o tratado. Além das alegadas violações russas, Washington avaliou que o INF colocava o país em desvantagem militar em relação à China, país que não faz parte do acordo. O presidente Trump não esconde que almeja trazer Pequim à mesa negociadora, a despeito das negativas do governo chinês. Com o provável fim do INF, as atenções se concentram no Novo START (Tratado EUA-Rússia sobre Medidas para a Redução e Limitação Adicionais de Armas Ofensivas Estratégicas), que deverá expirar em fevereiro de 2021. O governo Trump tem sido pouco claro quanto à sua intenção de prorrogar o tratado por mais cinco anos, possibilidade prevista no acordo e que prescindiria de aprovação do Congresso. Caso o Novo START não seja prorrogado, poderá ser a primeira vez, nas últimas cinco décadas, que as duas maiores potências nucleares - Rússia e EUA - deixarão de ter limitações jurídicas à ampliação de suas capacidades nucleares e missilísticas.

VII. POLÍTICA COMERCIAL NORTE-AMERICANA E TEMAS ECONÔMICO-COMERCIAIS BILATERAIS

76. Uma das principais marcas da gestão do presidente Trump - já antecipada em sua campanha - foi a mudança de paradigma na política comercial dos EUA. O tradicional liberalismo norte-americano deu lugar ao foco na redução do déficit comercial e repatriação de empregos no setor industrial, com aumento do protecionismo. Argumentos de segurança nacional ("Seção 232", aço e alumínio) e dispositivos de "enforcement" de propriedade intelectual ("Seção 301", guerra comercial com a China) vêm sendo usados para pressionar parceiros comerciais. Alguns dos mais

importantes elementos da política comercial da administração Trump incluem:

VII.1. China ("guerra comercial")

77. A China representa o maior desafio de política externa do governo Trump. Desde abril de 2018, os EUA impõem tarifas de importação a produtos chineses, com vistas a reduzir o déficit comercial e coibir práticas desleais, como transferência forçada de tecnologia, roubo de propriedade intelectual, restrição a investimentos estrangeiros e subsídios industriais. As preocupações norte-americanas com o déficit comercial bilateral ampliaram-se para temas como acesso a tecnologias e o próprio modelo chinês de desenvolvimento, o que expõe preocupação de caráter sistêmico e estratégico em relação à China. Na questão das negociações comerciais haveria maior latitude de Pequim para atender às demandas norte-americanas. No quesito acesso tecnológico, a China poderia fazer concessões marginais, que preservem, na essência, seu programa de desenvolvimento autônomo "Made in China 2025". Antevêm-se sérias dificuldades, contudo, para a China aceitar mudanças em seu modelo de desenvolvimento econômico, marcado pelo planejamento centralizado, presença dominante de empresas estatais e financiamento favorecido para o setor produtivo.

78. Em 2018, os EUA importaram US\$ 540 bilhões da China, em bens, contra US\$ 120 bilhões de importações chinesas. Até o momento, os EUA aplicaram tarifas contra US\$ 375 bilhões em produtos chineses, ao passo que a China respondeu com tarifas análogas a US\$ 185 bilhões em produtos norte-americanos. O Presidente Trump ameaçou aplicar sobretaxas adicionais a mais US\$ 175 bilhões de importações chinesas, a partir de 15 de dezembro, a depender do andamento das negociações da "guerra comercial". Em outubro, os EUA anunciaram ter chegado a um "acordo em princípio" com a China, a ser implementado em fases. A primeira trataria de compras agrícolas (no valor de US\$ 40 a 50 bilhões), propriedade intelectual e manipulação cambial. Espera-se anúncio dos detalhes do acordo antes do final de 2019. Outras medidas dos EUA contra a China incluem controle das exportações sensíveis, "investment screening", por meio do Comitê sobre Investimentos Estrangeiros (CFIUS), restrições ao uso e comercialização de tecnologia chinesa (5G) e, até mesmo, sanções jurídicas contra empresas específicas (Huawei, por exemplo).

79. Apesar da proliferação de sanções e tarifas ao longo dos dois últimos anos, o déficit comercial dos EUA com

a China continua a aumentar, impulsionado pelo forte crescimento da economia e consumo norte-americanos. Em 2018, verificou-se aumento de cerca de 12% em relação ao ano de 2017 (déficit passou de US\$ 375 bilhões para US\$ 419 bilhões). Desde o início da disputa, a média da alíquota de importação norte-americana para produtos chineses subiu de 3,1% para 23,8%. Na China, o aumento foi de 8% para 25,1% para os produtos norte-americanos.

VII.2. "United States-Mexico-Canada Agreement" - USMCA

80. O acordo que deverá substituir o NAFTA encontra-se pendente de aprovação legislativa e apresenta poucas diferenças em relação ao antecessor. Entre elas, a incorporação de novas áreas excluídas do acordo original, como meio ambiente e propriedade intelectual, que foram, em grande medida, inspiradas no TPP, rejeitado por Trump em seu primeiro dia de mandato. A maior inovação consistiu na adoção de medidas de regulação do comércio e de harmonização de padrões trabalhistas e ambientais, tendo como objetivo fortalecer setores específicos da indústria norte-americana (automóveis, laticínios, produtos farmacêuticos, entre outros) e incentivar a permanência de postos de trabalho nos EUA. Também foi eliminada a previsão de utilização de medidas de solução de controvérsias investidor-Estado (ISDS), com exceção de alguns poucos setores da economia mexicana. Segundo o USTR, o USMCA servirá de base para negociações com outros parceiros. Tudo indica que o acordo será aprovado no Congresso, mas o processo segue marcado por resistências pontuais do partido Democrata, em especial no que diz respeito à implementação ("enforcement") das provisões do acordo. Ainda assim, especula-se que poderia ser levado a votação até o final de 2019. Relatório do governo prevê aumento do PIB norte-americano de 0,35% ao longo de seis anos (US\$ 68,2 bilhões), criando 176 mil empregos e elevando a taxa de ocupação em 0,12%.

VII.3. Reforma da OMC

81. O governo norte-americano critica o atual sistema multilateral de comércio - do qual a OMC é o núcleo central -, que considera ineficiente, desequilibrado e despreparado para conter a ascensão da China como potência comercial. Trump tem manifestado, assim, preferência por arranjos bilaterais de comércio favorecendo um sistema em que o peso individual dos EUA se faça sentir com mais força. Sob essa ótica, os EUA aceitam dialogar sobre uma reforma da OMC, sem prejuízo de estratégias que assegurem seus interesses imediatos, ainda que isso leve a eventual paralisação de aspectos importantes do sistema, como se vê no caso da crise do Órgão de Apelação.

VI.4 Questões Bilaterais

- Tarifas de Importação contra Aço e Alumínio via Seção 232

82. A política comercial norte-americana tem buscado regular fluxos de comércio e proteger setores da indústria a fim de reduzir o déficit comercial e preservar empregos nos EUA. Isso se reflete na reativação de instrumentos de defesa comercial raramente empregados, como a Seção 232 da Lei de Expansão do Comércio, de 1972, que prevê a restrição à importação de bens que possam afetar a segurança nacional norte-americana.

83. Em abril de 2016, iniciou-se investigação para avaliar se importações de alumínio e aço representariam ameaça à segurança nacional norte-americana, que culminou com a imposição de tarifas sobre a importação desses produtos oriundos de determinados países. O Brasil foi afetado por essa medida, que demandou esforço para controle de danos. Em articulação como setor privado brasileiro, a embaixada pôde sensibilizar atores privados norte-americanos, congressistas e autoridades governamentais para três aspectos do comércio bilateral que ensejariam a revisão da medida contra o Brasil, a saber: i) os EUA possuem comércio superavitário com o Brasil; ii) o aço brasileiro importado (80% semiacabados) é insumo para a produção norte-americana; e iii) o Brasil é o maior importador de carvão siderúrgico dos EUA, comércio que seria afetado com a queda da produção brasileira de aço. Como resultado desse esforço, logrou-se evitar a aplicação de sobretaxa de 25% às exportações do Brasil. O processo foi concluído, em março de 2018, com a imposição de quotas anuais para o aço brasileiro equivalentes à média de 100% das exportações de semimanufaturados entre 2015-2017 e 70% da média das exportações de produtos acabados no mesmo período. Em julho de 2019, atendendo a nova solicitação do setor empresarial brasileiro, a embaixada realizou gestões junto ao USTR e ao Departamento de Comércio (DoC) pela revisão do sistema de quotas e das restrições às exportações de aço e alumínio para os EUA. Em outubro, representantes do setor siderúrgico mantiveram reuniões no USTR, no DoC, na Câmara de Comércio, bem como com deputados das bancadas do Brasil e do Aço no Congresso norte-americano.

- Caso Petrobras

84. A embaixada participou ativamente de complexas negociações entre a Petrobras e o Departamento de Justiça (DoJ) e da "Securities & Exchange Commission" (SEC) - órgão análogo à Comissão de Valores Mobiliários no Brasil - para evitar que (i) a estatal fosse criminalmente processada nos

EUA, ou (ii) fosse admitida sua responsabilidade criminal no âmbito dos delitos investigados pela Operação Lava Jato, com multa no valor de US\$ 1,13 bilhão. Qualquer das alternativas impactaria também outras negociações em curso com a SEC (multa regulatória estimada em US\$ 1,5 bilhão) e com investidores em ação coletiva nos tribunais de Nova York (valor final de US\$ 2,95 bilhões).

85. Gestões pessoais junto aos Departamentos de Justiça, Estado e do Tesouro e do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca ratificaram a condição de vítima - e não autora - da Petrobras nos crimes investigados pela Lava Jato, afastando o risco de responsabilização penal contra a empresa e diminuindo em alguns bilhões de dólares a perspectiva de multas nos EUA. Em 27/9/2018, a Petrobras formalizou acordo com o DoJ e a SEC pelo qual se comprometeu a pagar indenização de US\$ 170,6 milhões divididos entre o DoJ e a SEC, e US\$ 682,6 milhões às autoridades brasileiras, segundo regras acordadas com o Ministério Público Federal. O fato de 80% do valor indenizatório ser destinado ao Brasil foi um dos pontos mais relevantes do acordo com as autoridades norte-americanas.

- Comércio agrícola

86. A embaixada promoveu agenda que fosse além das disputas comerciais tópicas e se estendesse às sinergias entre os dois países, principalmente na área de biotecnologia, na agricultura baseada na ciência e na abertura de terceiros mercados. Foi acordada a reativação do Comitê Consultivo Agrícola, cuja última reunião ocorreu em 2016, e que passará a contar com maior engajamento do setor privado. Em maio último, Brasil e EUA, juntamente com Argentina, Canadá e México, criaram o Grupo Agrícola do Hemisfério Ocidental, ou AG-5, com o objetivo promover um comércio agrícola mundial baseado em princípios comuns, como a valorização da ciência e da inovação.

87. Os irritantes comerciais demandaram, contudo, ativa participação da embaixada, principalmente porque os produtores agrícolas norte-americanos, que constituem o setor mais afetado pela guerra comercial com a China, exercem forte pressão sobre o governo para a abertura de novos mercados para exportação.

88. Além das negociações sobre carnes bovina e suína, (vide a "Agenda dos 10 Pontos"), a embaixada tratou, durante as reuniões realizadas à margem da visita do presidente Bolsonaro, dos seguintes temas:

- Etanol

89. O fim da tarifa sobre etanol, no valor de 20% para exportações que superarem quota tarifária (TRQ) de 600 milhões de litros, é uma das principais demandas do governo norte-americano na agenda comercial. Ao longo de diversas reuniões bilaterais desde a implementação da quota brasileira (2017), foram fornecidos esclarecimentos sobre a situação do mercado global de etanol, que está saturado por decisões de política energética norte-americana (mistura de etanol na gasolina) e restrições chinesas para etanol importado. Ressaltou-se, ainda, a sensibilidade política das exportações dos EUA que deslocam a produção de regiões economicamente deprimidas do Nordeste brasileiro. Nestas condições, foi indicado que apenas a maior abertura do mercado dos EUA ao açúcar do Brasil poderia compensar os produtores brasileiros por perdas advindas do maior fluxo de importações de etanol dos EUA. Em agosto, o governo brasileiro ampliou a TRQ anual livre de imposto, de 600 milhões para 750 milhões de litros, por período de 12 meses. Os EUA continuam, no entanto, a buscar a abertura total do mercado de etanol brasileiro.

- Trigo

90. Durante a visita do presidente Bolsonaro, o Brasil confirmou a abertura de uma quota tarifária (TRQ) para a importação de 750 mil toneladas de trigo. Trata-se de cumprimento de compromisso assumido em 1996 que beneficiará principalmente produtores norte-americanos e canadenses. Em novembro a TRQ para o trigo foi incluída na lista de exceções da Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC). Sua entrada em vigor depende de medidas administrativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

- VII.5 Diálogo comercial bilateral e futuro acordo comercial com os EUA

91. Durante a visita do Presidente Jair Bolsonaro aos Estados Unidos, foi lançada a Parceria para a Prosperidade. Ambos os Presidentes indicaram o interesse na negociação de um amplo acordo comercial bilateral. Na esteira de outros acordos comerciais relevantes (Mercosul-UE e Mercosul-EFTA), o governo brasileiro tem manifestado a autoridades norte-americanas o desejo de negociar acordo comercial abrangente. Conversas técnicas preliminares sobre o tema poderiam focar em exercício de prospecção ("scoping") de áreas a serem eventualmente cobertas por eventual futuro. A Comissão Brasil-EUA para Relações Econômicas e Comerciais (ATEC) poderá abrigar tais conversas preliminares.

VII.6. Meio Ambiente

92. A embaixada acompanhou as alterações na política climática norte-americana, principalmente após o anúncio da saída do país do Acordo de Paris, em 2017, bem como o processo mais amplo de desregulamentação do arcabouço legal ambiental.

93. Em 2018, a embaixada escolheu a Amazônia como tema das celebrações da semana do 7 de setembro. A iniciativa permitiu a aproximação com instituições-chave para o tratamento do tema, tais como a National Geographic, e a Smithsonian Institution. No caso da Smithsonian, desenvolve-se, em parceria com o BID, projeto de cooperação com os estados amazônicos na área de turismo sustentável. Com a National Geographic, discutiu-se a possibilidade de cooperação com os estados amazônicos na produção de material educativo sobre a floresta amazônica, tema pelo qual a entidade norte-americana tem grande interesse.

94. O aumento no número de focos de incêndio registrados na Amazônia entre julho e agosto de 2019 teve grande repercussão na opinião pública, na imprensa e no Congresso norte-americanos. A embaixada trabalhou para informar o público local dos esforços do governo brasileiro para debelar os incêndios e combater o desmatamento ilegal. Artigos e reportagens que apresentam erros factuais vêm sendo respondidos com dados atualizados acerca dos resultados da operação Verde Brasil. Especial destaque tem sido dado tanto aos requisitos do Código Florestal brasileiro, que busca conciliar agricultura e meio ambiente, inclusive mediante o estabelecimento de reserva legal em propriedades privadas, quanto ao compromisso do governo brasileiro de viabilizar o desenvolvimento sustentável na Amazônia em benefício dos mais de 25 milhões de brasileiros que vivem na região. Esforço análogo de comunicação e engajamento foi realizado junto ao Congresso norte-americano com o objetivo de contrarrestar propostas legislativas que prevejam restrições a exportações agrícolas brasileiras.

VIII. APOIO À COMUNIDADE IMIGRANTE BRASILEIRA

VIII.1. Repatriação de nacionais deportados

95. Desde o início do governo Trump, a embaixada atuou, em coordenação com as repartições consulares nos EUA, para resolver a questão dos deportandos brasileiros cuja deportação já havia sido decretada, mas que resistiam a solicitar documento de viagem que permitisse a sua repatriação. Em meados de 2017, foi possível aprimorar a cooperação com as autoridades imigratórias norte-americanas, nos termos da Convenção de Viena sobre Relações Consulares,

e reduzir o período de detenção de brasileiros em processo de deportação.

96. Em janeiro de 2019, a autoridade migratória dos EUA (ICE, na sigla em inglês) reconheceu os avanços com relação ao tema, tanto na atuação da rede consular brasileira para emissão tempestiva de documentos para fins de repatriação de nacionais com deportação decretada em instância final ("final order of removal"), quanto na autorização de alguns poucos casos de repatriações via voos não comerciais. Como consequência, o país foi excluído da categoria ARON ("at risk of non-compliance") no tocante ao cumprimento da legislação imigratória americana.

VII.2. Separação de crianças na fronteira

97. A atuação da embaixada foi decisiva durante o período de vigência da política de "tolerância zero" (maio a julho de 2018), quando mais de dois mil menores de idade foram separados de seus pais ou responsáveis, por tentativa de entrada irregular em território norte-americano. Os contatos com as autoridades norte-americanas em Washington e o apoio da rede consular brasileira nos EUA permitiram a identificação e a reunião familiar dos mais de 50 menores brasileiros que se encontravam em 16 abrigos em várias regiões do país, que foi concluído no início de agosto de 2018. Foram também fundamentais para que se pudesse agendar visita do ministro de Estado das Relações Exteriores, em julho de 2018, a dois abrigos em Chicago onde estava a maioria das crianças brasileiras sob a guarda do governo norte-americano (Health and Human Services).

VII.3. Reuniões de Coordenação e do Diálogo Consular

98. Representantes da embaixada participaram da XVII e da XIX Reunião do Diálogo Consular Brasil-EUA, em Washington, em outubro de 2016 e março de 2019, respectivamente. Também estiveram presentes nos encontros de coordenação consular com os chefes de postos nos EUA, em julho de 2018, em Chicago, e em março de 2019, na embaixada.

VII.4. "Global Entry"

99. No comunicado conjunto dos presidentes brasileiro e norte-americano, foi anunciada a intenção de adotar as medidas necessárias para que o Brasil participe do programa "Global Entry", do Departamento de Segurança Interna (DHS, na sigla em inglês), que prevê a facilitação de procedimentos imigratórios para viajantes frequentes pré-aprovados e de baixo risco. Trata-se de medida que, quando implementada e aliada à recente decisão brasileira de isentar cidadãos

norte-americanos da exigência de visto de visita para ingressar no território nacional, terão impacto positivo para o turismo, a circulação de empresários e investidores e, inclusive, o intercâmbio acadêmico e profissional entre os dois países.

100. A assinatura da Declaração Conjunta sobre o "Global Entry", passo necessário para iniciar a execução de fase experimental do programa, foi conjuntamente anunciada no dia 25 de novembro.

VII.5. Cooperação jurídica

101. A prioridade conferida pelo governo brasileiro ao combate à corrupção e aos crimes transnacionais traz oportunidades para o aprimoramento dos acordos bilaterais na área de cooperação jurídica com os EUA. No contexto da visita do presidente Bolsonaro, foram assinados instrumentos de cooperação na área de investigação policial e imigratória entre a Polícia Federal brasileira, o FBI e a CBP. Haveria interesse em aprimorar a interlocução nas áreas de solicitação de provas, repatriação de recursos e outros pedidos de cooperação jurídica entre os dois países, inclusive os de extradição. Brasil e EUA poderiam considerar iniciativa conjunta de revisão dos instrumentos que embasam a cooperação jurídica bilateral.

VII.6. Convenção da Haia de 1980 sobre sequestro de crianças

102. A questão da observância do Brasil aos padrões da Convenção da Haia para a solução rápida de casos relacionados à subtração internacional de crianças segue na agenda das relações bilaterais. A embaixada realizou várias gestões a respeito dos desdobramentos dos casos mais sensíveis de subtração internacional de menores para o Brasil, de grande repercussão na mídia nacional e no Congresso norte-americano.

103. Na perspectiva do Departamento de Estado, que publica, anualmente, relatório sobre o cumprimento dos compromissos da Convenção da Haia de 1980, o Brasil figura entre os países que teriam demonstrado "padrão de não cumprimento" da Convenção, especialmente em razão da demora na conclusão das disputas judiciais nesses temas. Ainda assim, o Departamento de Estado costuma ser criticado por não utilizar os instrumentos de pressão previstos na legislação local.

104. A embaixada tem defendido a atuação brasileira destacando: 1) os avanços na cooperação entre as autoridades

centrais dos dois países; 2) os esforços para divulgar os termos da Convenção entre membros do Judiciário e do Ministério Público; e 3) as iniciativas de mudanças procedimentais, por parte do Conselho Nacional de Justiça, para tramitação simplificada dos processos judiciais que versem sobre a aplicação da Convenção.

VIII. APROFUNDAMENTO DE RELAÇÕES COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

105. Aprofundou-se o relacionamento com as instituições financeiras sediadas nesta capital - Banco Mundial, BID e FMI - por meio da aproximação com os diretores brasileiros nessas instituições e pelo engajamento dos diplomatas colocados à disposição das respectivas diretorias executivas. O acordo da Argentina com o FMI, a crise econômica naquele país, bem como a progressiva deterioração macroeconômica da Venezuela continuam a ser acompanhados pela embaixada com base nos subsídios trazidos por esses diplomatas. A embaixada e os representantes brasileiros no BID também se engajaram em análise conjunta de vários temas comerciais, em particular sobre os efeitos para o Brasil da guerra comercial entre Pequim e Washington. Também no âmbito do BID, tem-se examinado, mais recentemente, a criação de um fundo para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, voltado à atuação do setor privado na preservação do meio ambiente e na melhoria das condições de vida para a população local.

IX. CULTURA

106. Por gestão da embaixada, a DC Radio, estação de rádio da prefeitura de Washington, D.C., inclui em sua programação oficial, desde 2017, o "Brazilian Hour", programa semanal produzido pelo consulado-geral do Brasil em Los Angeles para divulgação da música brasileira.

107. Em iniciativa proposta pela embaixada para apoiar os trabalhos de reconstrução do Museu Nacional, a Smithsonian Institution recebe, entre fevereiro e novembro de 2019, 14 pesquisadores brasileiros cujos trabalhos de investigação científica foram interrompidos pelo incêndio no museu, em setembro de 2018.

108. A embaixada está engajada na busca de recursos no Brasil e nos EUA para o desenvolvimento de projetos de recuperação e valorização da Biblioteca Oliveira Lima - maior acervo de brasileira fora do País - que está abrigada na Universidade Católica da América.